



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONCURSO PÚBLICO

013. PROVA OBJETIVA

AGENTE TÉCNICO – CONTADOR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a charge para responder às questões de números 01 e 02.



(www.chargeonline.com.br. Adaptado)

01. Tendo como referência a norma-padrão da língua portuguesa, a lacuna na fala da personagem deve ser preenchida com

- (A) inexistia
- (B) não se viu
- (C) não haviam
- (D) faltaram
- (E) estava ausentes

Leia o texto para responder às questões de números 02 a 08.

Na Flip, como na Copa

RIO DE JANEIRO – Durante entrevista na Festa Literária Internacional de Paraty deste ano, o cantor Gilberto Gil criticou as arquibancadas dos estádios brasileiros em jogos da Copa das Confederações.

Poderia ter dito o mesmo sobre a plateia da Tenda dos Autores, para a qual ele e mais de 40 outros se apresentaram. A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa: classe média alta.

Na Flip, como nas Copas por aqui, pobre só aparece “como prestador de serviço”, para citar uma participante de um protesto em Paraty, anteontem.

Como lembrou outro dos convidados da festa literária, o mexicano Juan Pablo Villalobos, esse cenário é “um espelho do que é o Brasil”.

(Marco Aurélio Canônico, Na Flip, como na Copa. *Folha de S.Paulo*, 08.07.2013. Adaptado)

02. No texto e na charge, está inscrita uma crítica

- (A) à qualidade dos serviços prestados pelos funcionários das obras, seja na Flip seja para a Copa.
- (B) à publicidade exagerada para que as pessoas menos favorecidas usufruam os bens culturais sociais.
- (C) à ausência de pessoas menos favorecidas como cidadãos participantes dos eventos esportivos no Brasil.
- (D) à organização dos eventos literários e esportivos que gastam além da conta com as obras.
- (E) ao pouco empenho que as pessoas no Brasil fazem para vivenciar a agenda cultural nacional.

03. Nas palavras do mexicano Juan Pablo Villalobos, fica evidente que o Brasil é um país em que

- (A) as diferenças sociais ainda são bastante acentuadas.
- (B) o repúdio às diferenças não ecoa na voz dos artistas.
- (C) as desigualdades sociais são pouco percebidas.
- (D) o esporte funciona como minimizador das diferenças.
- (E) a cultura esportiva é mal vista pela classe média alta.

Para responder às questões de números 04 e 05, considere a frase final do texto:

... esse cenário é “um **espelho** do que é o Brasil”.

04. O termo **espelho** está empregado em sentido

- (A) figurado, significando qualidade.
- (B) próprio, significando modelo.
- (C) figurado, significando advertência.
- (D) próprio, significando símbolo.
- (E) figurado, significando reflexo.

05. No trecho, usam-se as aspas para

- (A) marcar o discurso indireto.
- (B) indicar a fala irônica do autor.
- (C) introduzir o discurso direto.
- (D) suavizar o sentido do enunciado.
- (E) marcar pejorativamente o enunciado.

06. Observe as passagens textuais:

Na Flip, **como** nas Copas por aqui... (3.º parágrafo)

Como lembrou outro dos convidados da festa literária... (4.º parágrafo)

Conforme o contexto em que estão empregados, os termos em destaque remetem, correta e respectivamente, ao sentido de

- (A) causa e comparação.
- (B) comparação e conformidade.
- (C) conformidade e causa.
- (D) consequência e comparação.
- (E) condição e causa.

Considere o 2.º parágrafo do texto para responder às questões de números **07** e **08**:

Poderia ter dito o mesmo sobre a plateia da Tenda dos Autores, para a qual ele e mais de 40 outros se apresentaram. A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa: classe média alta.

07. Assinale a alternativa em que a reescrita do trecho está correta quanto à regência e ao uso ou não do acento indicativo da crase, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Poderia ter dito o mesmo em relação à plateia da Tenda dos Autores, em cuja ele e mais de 40 outros estiveram presentes. A audiência do evento literário afigura-se muito a dos eventos Fifa.
- (B) Poderia ter dito o mesmo em relação a plateia da Tenda dos Autores, aonde ele e mais de 40 outros estiveram presentes. A audiência do evento literário parece-se muito a dos eventos Fifa.
- (C) Poderia ter dito o mesmo em relação à plateia da Tenda dos Autores, que ele e mais de 40 outros estiveram presentes. A audiência do evento literário assemelha-se muito na dos eventos Fifa.
- (D) Poderia ter dito o mesmo em relação a plateia da Tenda dos Autores, de que ele e mais de 40 outros estiveram presentes. A audiência do evento literário parece muito com a dos eventos Fifa.
- (E) Poderia ter dito o mesmo em relação à plateia da Tenda dos Autores, na qual ele e mais de 40 outros estiveram presentes. A audiência do evento literário assemelha-se muito à dos eventos Fifa.

08. Conforme os sentidos do texto, eliminando-se o sinal de dois-pontos, a frase final do parágrafo admite a seguinte redação:

- (A) A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa, talvez, classe média alta.
- (B) A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa, qual seja, classe média alta.
- (C) A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa, até mesmo classe média alta.
- (D) A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa, no entanto, classe média alta.
- (E) A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa, ainda que classe média alta.

Para responder às questões de números **09** e **10**, leia o texto.

A Justiça determinou, no início da noite de ontem, a suspensão da construção do viaduto sobre as avenidas Antônio Sales e Engenheiro Santana Júnior, pela Prefeitura de Fortaleza. A decisão suspendeu também os cortes das árvores do Parque do Cocó para a execução da obra. Antes mesmo da decisão, também na noite de ontem, o Município **já** havia se pronunciado, por meio da assessoria de comunicação, afirmando compromisso de suspender as obras, **devido** a questionamento da Superintendência do Patrimônio da União (SPU).

(www.opovo.com.br, 23.07.2013. Adaptado)

09. Os termos “já” e “devido”, em destaque, conforme o contexto em que estão empregados, expressam, correta e respectivamente, sentido de

- (A) tempo e comparação.
- (B) modo e consequência.
- (C) afirmação e comparação.
- (D) tempo e causa.
- (E) afirmação e condição.

10. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o tempo verbal composto em – havia se pronunciado – equivale a

- (A) se pronunciará.
- (B) se pronuncia.
- (C) se pronunciava.
- (D) se pronunciou.
- (E) se pronunciará.

11. Leia a charge.



Na charge, o efeito de humor decorre de

- (A) uma relação de oposição entre os termos “médico” e “Cuba”.
- (B) uma resposta sem sentido sobre o que foi perguntado.
- (C) um termo empregado em sentido figurado: “Cuba”.
- (D) um trocadilho com os termos “Cuba” e “incubadora”.
- (E) um termo fora do contexto da conversa: “incubadora”.

Leia o texto para responder às questões de números 12 a 15.

Barreira da língua

A barreira da língua e dos regionalismos parece um mero detalhe em meio a tantas outras questões mais sérias já levantadas, como a falta de remédios, de equipes e de infraestrutura, mas não é.

Como é possível estabelecer uma relação médico-paciente, um diagnóstico correto, se o médico não compreende o paciente e vice-versa?

Sim, essa dificuldade já existe no Brasil mesmo com médicos e pacientes falando português, mas ela só tende a piorar com o “portunhol” que se vislumbra pela frente.

O ministro da Saúde já disse que isso não será problema, que é mais fácil treinar um médico em português do que ficar esperando sete ou oito anos até um médico brasileiro ser formado.

Experiências internacionais, porém, mostram que não é tão fácil assim. Na Alemanha, mesmo com a exigência da proficiência na língua, um estudo constatou atraso de diagnósticos pelo fato de o médico estrangeiro não conseguir entender direito os sintomas de pacientes.

Além disso, há queixa dos profissionais alemães, que se sentem sobrecarregados por terem de atuar como intérpretes dos colegas de fora.

Nada contra a vinda dos estrangeiros, desde que estejam aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, porém, se três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é tempo suficiente para isso.

(Cláudia Collucci, Barreira da língua. *Folha de S.Paulo*, 03.07.2013. Adaptado)

12. No texto, a autora argumenta que, no Brasil,

- (A) o bom senso tem dominado quando se trata da saúde das pessoas, pois os médicos, na maioria das vezes, esforçam-se por uma boa comunicação.
- (B) as dificuldades de comunicação entre pacientes e médicos já são flagrantes e tenderão a intensificar-se com a chegada dos profissionais estrangeiros.
- (C) os profissionais atuam de forma distinta do que se vê nas experiências internacionais, o que concorre para um atendimento mais rápido e eficiente.
- (D) a proficiência da língua é uma questão secundária, uma vez que aqui, normalmente, utilizam-se subterfúgios de comunicação, como o “portunhol”.
- (E) a comunicação é bastante precária, porque normalmente os médicos acabam por não se preocupar com as questões de saúde da população.

13. Ao citar a experiência da Alemanha, a autora pretende

- (A) minimizar problemáticas advindas de eventuais contratempos de comunicação dos estrangeiros.
- (B) mostrar que a barreira linguística, problema em outros países, inexistente no Brasil.
- (C) ironizar as considerações do ministro e enfatizar a importância dos médicos estrangeiros.
- (D) justificar a relevância da perspectiva do ministro da Saúde sobre os direitos da população.
- (E) relativizar o ponto de vista do ministro da Saúde sobre a questão do domínio da língua.

14. No trecho – ... essa dificuldade já existe no Brasil **mesmo** com médicos e pacientes falando português... – (3.º parágrafo), o termo em destaque assume o sentido de

- (A) dúvida e equivale a “talvez”.
- (B) afirmação e equivale a “realmente”.
- (C) inclusão e equivale a “também”.
- (D) intensidade e equivale a “inclusive”.
- (E) oposição e equivale a “apesar de”.

15. Considere o parágrafo final do texto:

Nada contra a vinda dos estrangeiros, desde que estejam aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, porém, se três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é tempo suficiente para isso.

Mantendo-se os sentidos originais, ele está corretamente reescrito de acordo com a norma-padrão em:

- (A) Nada contra a vinda dos estrangeiros, se estiverem aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, no entanto: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é suficiente para isso?
- (B) Nada contra a vinda dos estrangeiros, caso estão aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, todavia: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, são suficiente para isso?
- (C) Nada contra a vinda dos estrangeiros, quando estarão aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, portanto: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, são suficientes para isso?
- (D) Nada contra a vinda dos estrangeiros, mas estariam aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, apesar disso: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é suficiente para isso.
- (E) Nada contra a vinda dos estrangeiros, pois estarão aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, por conseguinte: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, são suficiente para isso.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16. A imagem a seguir, retirada do MS-Windows 7, em sua configuração padrão, mostra opções exibidas ao passar o *mouse* sobre a seta ao lado do botão desligar no menu iniciar.



Selecionar a opção “Trocar usuário” permite

- (A) alternar usuários sem fechar os programas da sessão atual.
 - (B) trocar a senha do usuário da sessão atual.
 - (C) trocar as propriedades do usuário da sessão atual.
 - (D) criar um novo usuário para o Windows.
 - (E) criar uma nova senha para o usuário da sessão atual.
17. A figura a seguir mostra um documento sendo editado no MS-Word 2010, em sua configuração padrão.

Tinha uma pedras no meio do caminho.

E dois cachoros ao lado da pedra.

Assinale a alternativa correta em relação aos recursos de verificação ortográfica e gramatical do MS-Word 2010 aplicados aos trechos “uma pedras” e “cachoros”.

- (A) O trecho “uma pedras” será marcado em vermelho. E o trecho “cachoros” será marcado em verde.
 - (B) Ambos os trechos serão marcados em verde.
 - (C) O trecho “uma pedras” será marcado em verde. E o trecho “cachoros” será marcado em vermelho.
 - (D) Ambos os trechos serão marcados em vermelho.
 - (E) O trecho “uma pedras” será marcado em vermelho por ser um erro de ortografia.
18. A figura a seguir mostra uma planilha sendo editada no MS-Excel 2010, em sua configuração padrão.

	A	B	C
1	2	5	6
2	8	2	2
3	1	2	3
4			

A célula A4 será preenchida com a fórmula =SE(C1>2;5;3). Depois, a célula B4 será preenchida com a fórmula =SE(C2>2;5;3).

Depois, a célula C4 será preenchida com a fórmula =A4+B4.

Assinale a alternativa que contém o valor correto exibido na célula C4.

- (A) 2
- (B) 3
- (C) 6
- (D) 8
- (E) 10

19. O ícone exibido a seguir foi retirado do grupo Fonte da guia Página Inicial do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão.



O ícone exibido permite

- (A) acionar o antivírus no *slide* atual.
 - (B) ajustar o espaçamento entre caracteres.
 - (C) acionar o antivírus em todos os *slides*.
 - (D) centralizar os objetos do *slide*.
 - (E) inserir um objeto de vídeo no *slide* atual.
20. Um usuário do MS-Windows 7 navega na internet por meio do Internet Explorer 9, ambos em configuração padrão. Ao clicar com o botão direito (com o *mouse* configurado para destros) sobre um *link* de uma página, uma das opções exibidas permite abrir o *link* em uma nova guia. Usar a opção para abrir em nova guia _____.
- Assinale a alternativa que completa o enunciado corretamente.
- (A) fechará a janela atual do Internet Explorer
 - (B) abrirá uma nova janela do Internet Explorer
 - (C) criará uma nova guia dentro da janela atual do Internet Explorer
 - (D) abrirá uma nova guia dentro de uma nova janela do Internet Explorer
 - (E) criará uma nova janela dentro da guia atual do Internet Explorer

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Assinale a alternativa correta a respeito da concessão dos serviços públicos.
- (A) O poder concedente transfere ao concessionário a execução do serviço e a sua titularidade.
 - (B) A concessão, em regra, é feita por meio de licitação, podendo ser nas modalidades da concorrência ou tomada de preços, admitindo-se ainda, em alguns casos, a dispensa de licitação.
 - (C) A remuneração do serviço público é feita por meio da tarifa e tem a natureza de preço público.
 - (D) A responsabilidade do concessionário por prejuízos causados a terceiros em decorrência da execução do serviço público é subjetiva.
 - (E) Quando a concessão revelar-se contrária ao interesse público, ela deverá ser rescindida unilateralmente pelo poder concedente sem indenização ao concessionário.
22. A respeito das entidades da Administração Indireta, é correto afirmar que é uma regra comum a todas elas:
- (A) têm legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública.
 - (B) possuem personalidade jurídica de direito público.
 - (C) possuem juízo privativo tanto na Justiça Federal quanto na Estadual.
 - (D) estão sujeitas à falência.
 - (E) seus bens são impenhoráveis.
23. Sobre as agências reguladoras, é correto afirmar que
- (A) seus dirigentes são nomeados em cargo de confiança e podem ser exonerados *ad nutum*.
 - (B) seus servidores são submetidos ao regime jurídico de trabalho celetista.
 - (C) as decisões das agências devem ser referendadas pelo respectivo chefe do Poder Executivo.
 - (D) as decisões proferidas pelas agências são em caráter definitivo, não podendo ser questionadas no Poder Judiciário.
 - (E) estão sujeitas à tutela ou controle administrativo exercido pelo Ministério a que se encontram vinculadas.
24. Assinale a alternativa que contempla os dois tipos de contratos que podem ser firmados pelos entes consorciados, conforme expressamente previsto na Lei n.º 11.107/2005.
- (A) De rateio e de convênio.
 - (B) De programa e de rateio.
 - (C) De gestão e de gerenciamento.
 - (D) De parceria e de gestão.
 - (E) De administração e de gerenciamento.

25. João da Silva foi legalmente nomeado para ingressar no serviço público por meio de um vínculo contratual regido pela Consolidação das Leis do Trabalho. Isso significa que João da Silva
- (A) foi contratado para assumir um cargo público na Administração Direta.
 - (B) foi obrigatoriamente contratado para ocupar um cargo no serviço público por tempo determinado.
 - (C) foi contratado para assumir um cargo público efetivo na Administração Indireta.
 - (D) foi contratado para assumir um emprego público.
 - (E) foi contratado para ocupar um cargo público em comissão.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

26. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o acesso a informações públicas é um direito fundamental garantido a todos os cidadãos, o qual, no entanto, pode ser restringido na seguinte hipótese prevista, expressamente, no texto constitucional:
- (A) quando o sigilo da informação for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
 - (B) quando necessário manter o sigilo para preservação da intimidade e da vida privada.
 - (C) quando o sigilo da informação for imprescindível à segurança pública e de interesse da administração pública.
 - (D) se a divulgação da informação puder potencialmente causar prejuízo aos interesses de setores estratégicos da administração do Estado.
 - (E) se a informação solicitada revelar dados particulares de altas autoridades do governo federal, estadual ou municipal.
27. Assinale a alternativa correta a respeito das ações constitucionais.
- (A) São gratuitas as ações de *habeas corpus* e o mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
 - (B) No ajuizamento do *habeas data*, salvo comprovada má-fé, o autor ficará isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
 - (C) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político ou associação, desde que legalmente constituídos e em funcionamento há pelo menos um ano.
 - (D) É cabível o mandado de segurança para a proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
 - (E) Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

28. O Estado do Espírito Santo edita lei estabelecendo penalidades em virtude de responsabilidade por dano ao meio ambiente. Considerando a repartição constitucional de competências entre os entes da Federação brasileira, pode-se afirmar que a referida lei é
- (A) constitucional, uma vez que legislar sobre essa matéria é de competência privativa dos Estados.
 - (B) constitucional, desde que não conflite com norma geral da União sobre a mesma matéria, considerando que esta é de competência legislativa concorrente.
 - (C) inconstitucional, pois a matéria disciplinada pela lei em referência é de competência legislativa privativa da União.
 - (D) inconstitucional, posto que não compete aos Estados impor penalidades em matéria ambiental.
 - (E) constitucional, apenas na hipótese de não haver norma da União disciplinando a mesma matéria.
29. A Constituição Federal veda a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime próprio de previdência dos servidores públicos, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos, entre outros, de servidores
- (A) que exerçam o magistério na educação básica e no ensino superior.
 - (B) da administração fazendária e seus servidores fiscais.
 - (C) de carreira do Estado.
 - (D) pertencentes aos quadros do Ministério Público e da Magistratura.
 - (E) portadores de deficiência.
30. Considerando o disposto na Carta Magna brasileira a respeito da Ordem Social, assinale a alternativa correta.
- (A) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito privado ou convênio, tendo preferência as entidades que já recebiam subsídios governamentais.
 - (B) A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, devendo a comercialização ser disciplinada por lei federal, exclusivamente, para fins científicos.
 - (C) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
 - (D) É obrigatório aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
 - (E) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos assentamentos de colonos e aquelas tradicionalmente ocupadas pelos índios.
31. Segundo a lei que regulamenta os planos de carreiras dos servidores administrativos do Ministério Público do Espírito Santo, o grupo operacional administrativo é formado pelas carreiras e cargos que especifica. A Carreira Técnica Operacional inclui os cargos de Agente de
- (A) Apoio, Agente de Inspeção e Agente Técnico.
 - (B) Promotoria, Agente de Apoio e Agente Consultivo.
 - (C) Promotoria, Agente Técnico e Agente Especializado.
 - (D) Gabinete, Agente de Promotoria e Agente de Apoio.
 - (E) Gabinete, Agente de Secretaria e Agente Especializado.
32. Considerando as disposições da lei que disciplina o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo, assinale a alternativa que corretamente traduz uma situação na qual o servidor poderá ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo.
- (A) Por dois dias consecutivos, para apresentação obrigatória em órgão militar.
 - (B) Por um dia, a cada seis meses, para doação de sangue.
 - (C) Por até cinco dias consecutivos, por motivo de casamento.
 - (D) Por cinco dias consecutivos, por motivo de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, filhos ou irmãos.
 - (E) Por até dez dias consecutivos, para prestação de concurso público.
33. De acordo com a lei que disciplina a matéria, no Estado do Espírito Santo, a reinvestidura do servidor público estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão, por decisão administrativa ou judicial, transitada em julgado, com pleno ressarcimento dos vencimentos, direitos e vantagens permanentes, denomina-se
- (A) reintegração.
 - (B) aproveitamento.
 - (C) recondução.
 - (D) ascensão.
 - (E) reversão.

34. Após cada decêndio ininterrupto de efetivo exercício prestado à administração direta, às autarquias e fundações do Estado do Espírito Santo, o servidor público em atividade terá direito a um adicional de assiduidade, em caráter permanente, a um percentual sobre o vencimento básico do cargo, respeitado o limite estabelecido em lei, correspondente a
- (A) 2%.
 - (B) 3%.
 - (C) 5%.
 - (D) 7%.
 - (E) 10%.
35. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida mediante controle externo e pelo sistema de controle interno. Os controles externo e interno são exercidos, respectivamente, pelo Poder
- (A) Judiciário e pela Assessoria de Controle Interno.
 - (B) Legislativo e Assessoria de Controle Interno.
 - (C) Executivo e Procurador-Geral de Justiça.
 - (D) Legislativo e Comissão integrada por servidores do Ministério Público.
 - (E) Executivo e Comissão integrada por membros do Ministério Público.
36. Em conformidade com a lei que rege a licitação, toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais, é considerada
- (A) obra.
 - (B) serviço.
 - (C) compra.
 - (D) tarefa.
 - (E) empreitada.
37. É modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias. A referida modalidade corresponde ao conceito de
- (A) concorrência.
 - (B) tomada de preços.
 - (C) convite.
 - (D) leilão.
 - (E) concurso.
38. Determina, expressamente, a Lei n.º 8.666/93 que os contratos administrativos por ela disciplinados regulam-se pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, as disposições do direito privado e os princípios da
- (A) especialização.
 - (B) capacidade contributiva.
 - (C) teoria geral dos contratos.
 - (D) teoria específica dos contratos públicos.
 - (E) motivação.
39. Dentre outras hipóteses previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, compreende-se como renúncia de receita
- (A) a concessão de isenção em caráter geral.
 - (B) a concessão de imunidade.
 - (C) a alteração de alíquota que implique em redução do imposto de importação.
 - (D) o crédito presumido.
 - (E) o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao respectivo custo de cobrança.
40. A assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens ou serviços, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedada e equipara-se a
- (A) refinanciamento da dívida.
 - (B) restos a pagar.
 - (C) operação de crédito.
 - (D) dívida pública consolidada.
 - (E) dívida pública mobiliária.

41. Em decorrência da Lei n.º 11.638/07, que alterou e complementou a Lei n.º 6.404/76, no balanço patrimonial, a diferença entre os ativos e passivos está representada pelo patrimônio líquido, que por sua vez representa a figura dos investidores, sócios ou donos e está apresentado por várias rubricas. Dentre estas, aquela que representa as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a valor justo, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, é a denominada

- (A) Ajustes de avaliação patrimonial.
- (B) Reserva de reavaliação.
- (C) Reserva de ajustes do ativo e do passivo.
- (D) Ajustes de avaliação ao valor justo.
- (E) Variações patrimoniais.

Considere o texto a seguir para responder às questões de números 42 e 43.

Em relação às formalidades do registro contábil, conforme as normas vigentes, a entidade do setor público deve manter procedimentos uniformes de registros contábeis, por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico, em rigorosa ordem cronológica, como suporte às informações, entre outras características do registro e da informação contábil, devendo ainda a observância aos princípios e às normas contábeis.

42. Os registros contábeis e as informações apresentadas devem reconhecer os fenômenos patrimoniais em sua totalidade, não podendo ser omitidas quaisquer partes do fato gerador.

Essa afirmação refere-se à característica contábil da

- (A) Uniformidade.
- (B) Utilidade.
- (C) Integridade.
- (D) Visibilidade.
- (E) Verificabilidade.

43. O registro deve representar a realidade dos fenômenos patrimoniais em função de critérios técnicos contábeis preestabelecidos em normas ou com base em procedimentos adequados, sem que incidam referências individuais que provoquem distorções na informação produzida.

Essa afirmação refere-se à característica contábil da

- (A) Imparcialidade.
- (B) Objetividade.
- (C) Fidedignidade.
- (D) Confiabilidade.
- (E) Tempestividade.

44. O balanço patrimonial tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial de uma entidade em determinada data, portanto é uma demonstração em forma estática. Conforme o art. 178 da Lei n.º 6.404/76, no balanço, as contas serão classificadas segundo _____ do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da _____ da companhia.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) as naturezas ... situação patrimonial
- (B) as naturezas ... situação econômica e financeira
- (C) as características econômicas ... situação financeira e econômica
- (D) os elementos ... situação financeira
- (E) os elementos ... situação patrimonial

45. Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade (CPC 00 R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando

- (A) adquirido ou mesmo que já se tenha o direito de reconhecê-lo em bases confiáveis, e desde que possa ou seja calculável.
- (B) quando desembolsos tiverem sido incorridos ou comprometidos, dos quais seja improvável a geração de benefícios econômicos para a entidade após o período contábil corrente.
- (C) for provável que uma entrada de recursos envolvendo benefícios ou sacrifícios econômicos seja exigida em liquidação de uma obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará possa ser determinado em bases confiáveis.
- (D) resulta num aumento que possa ser determinado em bases confiáveis, nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento da receita ou diminuição da obrigação.
- (E) for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis.

Com base no balancete de verificação de uma empresa de revenda de produtos eletrônicos XPTO Ltda., levantado em 31 de dezembro de 2012, conforme demonstrado a seguir, responda às questões de números 46 a 50.

BALANCETE CONTÁBIL EM 31.12.2013	
DESCRIÇÃO DA CONTA CONTÁBIL	REAIS
Lucros a destinar	(15.000,00)
Outras despesas operacionais	15.000,00
Receitas de vendas	(205.000,00)
Demais contas a receber	8.000,00
Fornecedores	(45.000,00)
Empréstimos bancários	(50.000,00)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.500,00)
Deduções de vendas	28.000,00
Estoques de revenda	80.000,00
Contas a pagar	(4.000,00)
Investimentos	20.000,00
Impostos a recolher	(8.000,00)
Ativos intangíveis	8.000,00
Contingências trabalhistas de LP	(15.500,00)
Caixa e Equivalentes de Caixa	25.000,00
CPV	85.000,00
Títulos a receber de LP	5.000,00
Salários a pagar	(9.000,00)
Capital	(80.000,00)
Contas a receber de clientes	125.000,00
Imobilizado	65.000,00
Reservas de capital	(75.000,00)
Despesas operacionais	63.000,00
Imposto de renda e contribuição social correntes	5.000,00
Depreciação acumulada	(13.000,00)

46. O índice de liquidez geral, em R\$, é

- (A) 0,95.
- (B) 1,25.
- (C) 1,75.
- (D) 2,00.
- (E) 2,25.

47. O índice de imobilização dos recursos não correntes é

- (A) 27%.
- (B) 29%.
- (C) 41%.
- (D) 45%.
- (E) 53%.

48. O índice de rentabilidade do patrimônio líquido é

- (A) 5,03%.
- (B) 5,29%.
- (C) 6,32%.
- (D) 6,85%.
- (E) 7,82%.

49. O valor do passivo não circulante, em R\$, é

- (A) 5.000.
- (B) 9.500.
- (C) 12.000.
- (D) 15.500.
- (E) 17.500.

50. O valor do capital circulante líquido, em R\$, é

- (A) 99.000.
- (B) 109.500.
- (C) 112.000.
- (D) 112.500.
- (E) 123.500.

51. Segundo as normas de auditoria (NBC TA 550), a forma mais confiável para se obter evidências de auditoria para um auditor independente, que emitirá um relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Entidade, é a

- (A) Obtenção da carta de representação da administração.
- (B) Obtenção de confirmação interna, apenas.
- (C) Leitura crítica do balancete de verificação.
- (D) Por meio de seleção estatística.
- (E) Obtenção de confirmação externa.

52. O objetivo de um auditor independente sobre as demonstrações contábeis é a emissão de um relatório de auditoria. Esse relatório é o documento por meio do qual o auditor independente expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, quanto ao atendimento das normas contábeis na preparação dessas demonstrações contábeis pela empresa auditada. Portanto, um relatório de auditoria que contenha a seguinte conclusão: “não foi possível nas circunstâncias emitir um relatório de auditoria de demonstrações contábeis em uma determinada data devido a inúmeras razões”, significa que o parecer será classificado como:

- (A) com ressalva.
- (B) com negativa de opinião.
- (C) sem ressalva.
- (D) adverso.
- (E) com parágrafo de ênfase.

53. De acordo com a NBC TI 01 do CFC, para o auditor interno, a inspeção, que trata da verificação de registros, documentos e ativos tangíveis; a observação, que trata do acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução; e a investigação e a confirmação, que tratam da obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações, dentro ou fora da entidade, são procedimentos de auditoria para testes

- (A) de observância.
- (B) analíticos.
- (C) de indagação.
- (D) investigativos.
- (E) antifraude.

54. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público, de acordo com as NBC T 16.1, é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao (à) _____ de entidades do setor público. O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza _____ do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) controle orçamentário ... orçamentária, financeira, contábil e qualitativa
- (B) controle financeiro e patrimonial ... financeiro, orçamentário, econômico e contábil
- (C) manutenção orçamentária e financeira ... financeira e orçamentária
- (D) controle patrimonial ... orçamentária, econômica, financeira e física
- (E) manutenção física e patrimonial ... orçamentária, financeira, contábil e quantitativa

55. Leia o texto e classifique os itens que o completam como verdadeiros (V) ou falsos (F).

No que tange à divulgação de informações, conforme preconizado na NBC T 16.6, a divulgação das demonstrações contábeis e de suas versões simplificadas é o ato de disponibilizá-las para a sociedade e compreende, entre outras, as seguintes formas:

- () publicação na imprensa oficial em qualquer das suas modalidades;
- () publicação em jornal de grande circulação na região, cidade ou estado de situação da Entidade;
- () remessa aos órgãos de controle interno e externo, a associações e a conselhos representativos;
- () disponibilização das Demonstrações Contábeis para acesso da sociedade em local e prazos indicados;
- () disponibilização em meios de comunicação eletrônicos de acesso público;
- () protocolização das demonstrações contábeis na Junta Comercial em específico, de forma a fazer valer o direito da consulta pública, da peça contábil.

A classificação correta obtida, de cima para baixo, é:

- (A) V, F, F, V, F e F.
- (B) V, V, V, V, F e F.
- (C) F, F, V, V, V e V.
- (D) F, V, F, F, V e V.
- (E) V, F, V, V, V e F.

56. Ativo imobilizado é o item tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos, ou mesmo para a manutenção das operações de uma empresa, e se espera utilizar por mais de um período. De acordo com a NBC T 16.9 do CFC, o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada, é determinado pelo seu

- (A) Valor líquido contábil.
- (B) Valor de aquisição líquido.
- (C) Valor depreciável.
- (D) Valor bruto contábil.
- (E) Valor realizável.

57. As demonstrações contábeis retratam os efeitos patrimoniais e financeiros das transações e outros eventos, por meio do grupamento desses efeitos em classes amplas, de acordo com as suas características econômicas. Essas classes amplas são denominadas de elementos das demonstrações contábeis. Os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira no balanço patrimonial são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido.

Em relação à avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades públicas, a atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos é denominada de

- (A) Avaliação patrimonial.
- (B) Cálculo do valor justo.
- (C) Valor de reposição.
- (D) Valor econômico.
- (E) Valor específico para a entidade.

58. Em relação à receita orçamentária, de acordo com o §2.º do art. 11 da Lei n.º 4.320/64, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 1.939/82, as receitas provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender determinadas despesas são as

- (A) correntes.
- (B) de capital.
- (C) patrimoniais.
- (D) de investimentos.
- (E) econômicas.

59. Na preparação dos balanços e demonstrativos, aquele que demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte é o

- (A) Balanço orçamentário.
- (B) Demonstrativo das variações patrimoniais.
- (C) Balanço financeiro.
- (D) Demonstrativo econômico e orçamentário.
- (E) Demonstrativo do resultado orçamentário.

60. A contabilidade deverá evidenciar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada, à conta dos mesmos créditos, e as dotações disponíveis. O registro contábil da receita e da despesa far-se-á de acordo com as especificações constantes da Lei de Orçamento e dos créditos adicionais. Nesse sentido, classifique como verdadeiros (V) ou falsos (F) os componentes da dívida flutuante na contabilidade orçamentária e financeira pública:

- () os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida
- () os serviços provisionados da dívida a pagar
- () os serviços da dívida a pagar
- () os depósitos
- () os débitos de tesouraria
- () empenhos a provisionar

A classificação correta obtida, de cima para baixo, é:

- (A) V, V, V, F, F e F.
- (B) F, V, F, V, V e V.
- (C) F, F, F, V, V e V.
- (D) V, V, V, V, V e V.
- (E) V, F, V, V, V e F.

Considere o enunciado a seguir para responder às questões de números 61 e 62.

Uma empresa prestadora de serviços, Serve Tudo Ltda., optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido, faturou no primeiro trimestre de 2013 o montante de R\$ 2.170.000,00, sendo R\$ 800.000,00 em janeiro, R\$ 700.000,00 em fevereiro e R\$ 670.000,00 em março.

61. Calcule o valor da contribuição social devida no trimestre:

- (A) R\$ 60.450,00.
- (B) R\$ 62.496,00.
- (C) R\$ 66.760,00.
- (D) R\$ 77.200,00.
- (E) R\$ 78.496,00.

62. Calcule o valor do imposto de renda principal e adicional, respectivamente:

- (A) R\$ 101.500,00 e R\$ 56.550,00
- (B) R\$ 102.340,00 e R\$ 60.546,00
- (C) R\$ 104.160,00 e R\$ 63.440,00
- (D) R\$ 106.104,00 e R\$ 65.440,00
- (E) R\$ 107.123,00 e R\$ 66.340,00

63. É a prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. O texto trata da definição de
- (A) Tributo.
 - (B) Multa punitiva.
 - (C) Empréstimo compulsório.
 - (D) Base de cálculo.
 - (E) Polo passivo.
64. De acordo com a Portaria Interministerial MPS/MF n.º 15, de 10 de janeiro de 2013, os salários de contribuição incluídos na tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1.º de janeiro de 2013, para as alíquotas de 8%, 9% e 11%, respectivamente, serão de:
- (A) até R\$ 1.047,70
de R\$ 1.047,71 até R\$ 1.879,50; e
de R\$ 1.879,51 a R\$ 2.959,00
 - (B) até R\$ 1.147,70
de R\$ 1.147,71 até R\$ 1.979,50; e
de R\$ 1.979,51 a R\$ 3.059,00
 - (C) até R\$ 1.247,70
de R\$ 1.247,71 até R\$ 2.079,50; e
de R\$ 2.079,51 a R\$ 4.159,00
 - (D) até R\$ 1.347,70
de R\$ 1.347,71 até R\$ 2.179,50; e
de R\$ 2.179,51 a R\$ 4.259,00
 - (E) até R\$ 1.447,70
de R\$ 1.447,71 até R\$ 2.279,50; e
de R\$ 2.279,51 a R\$ 4.359,00
65. Considerando a tabela progressiva para o cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física, para o exercício de 2013, ano calendário de 2012, de um indivíduo que percebe um salário mensal de R\$ 3.200,00, calcule o imposto de renda devido pelo indivíduo, considerando, ainda, que não há dedução de contribuição previdenciária e que o valor da parcela a ser deduzida no cálculo é de R\$ 306,80:
- (A) R\$ 117,22.
 - (B) R\$ 123,47.
 - (C) R\$ 167,85.
 - (D) R\$ 173,20.
 - (E) R\$ 187,50.

66. Segundo a Lei n.º 8.429/92, poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade
- (A) apenas membro do Judiciário.
 - (B) apenas membro ligado ao Judiciário e ao Legislativo.
 - (C) apenas membro do Legislativo.
 - (D) qualquer pessoa.
 - (E) qualquer pessoa, desde que brasileira.
67. Princípio orçamentário clássico, segundo o qual as leis de natureza orçamentária (LOAs e Créditos Adicionais), como qualquer outra lei, só adquirem validade depois de
- (A) assinadas pelo Ministério competente.
 - (B) formalizadas pelo poder Legislativo.
 - (C) publicadas em veículo de abrangência para propiciar conhecimento.
 - (D) publicadas em veículo interno do Judiciário para serem acessadas pelos seus representantes.
 - (E) sancionadas pelo poder Executivo.
68. Na fase de acompanhamento e avaliação da execução orçamentária, entende-se que o controle será mais eficiente se for realizado *a priori*. Nesta fase, segundo a legislação em vigor, o controle será interno, quando executado por agentes do próprio órgão, ou externo, quando realizado pelo poder Legislativo, auxiliado tecnicamente pelo
- (A) conselho federal de contabilidade.
 - (B) conselho regional de contabilidade.
 - (C) órgão próprio da Secretaria do Planejamento.
 - (D) tribunal de alçada das finanças.
 - (E) tribunal de contas.
69. Visando atender principalmente às necessidades públicas e às demandas da sociedade, a Receita Orçamentária é fonte de recursos do Estado aplicável em
- (A) planejamento estratégico.
 - (B) planejamento e controle.
 - (C) planejamento e gestão.
 - (D) programas e ações.
 - (E) Projetos e Plano de Fiscalização.
70. Pode-se classificar a despesa orçamentária em três etapas. A fixação da despesa orçamentária insere-se na etapa de
- (A) planejamento.
 - (B) execução.
 - (C) controle.
 - (D) avaliação.
 - (E) controle e avaliação.
71. Conforme as orientações gerais do manual do SIAFI, os restos a pagar inscritos no final do exercício anterior, quando não efetivamente liquidados ou colocados em processo de liquidação, terão validade até o dia 30 de junho do
- (A) primeiro ano subsequente ao de sua inscrição.
 - (B) primeiro ano subsequente ao seu vencimento.
 - (C) segundo ano subsequente ao de sua inscrição.
 - (D) segundo ano subsequente ao seu vencimento.
 - (E) terceiro ano subsequente ao de sua inscrição.
72. A abertura dos créditos suplementares, segundo o art. 43 da Lei n.º 4.320/64, depende da existência de
- (A) recursos disponíveis não comprometidos.
 - (B) recursos disponíveis para ocorrer a despesa.
 - (C) validação parcial de dotações orçamentárias.
 - (D) validação total de créditos adicionais.
 - (E) déficit financeiro apurado em balanço patrimonial.
73. Entre as despesas classificadas em categorias econômicas listadas, está totalmente correta a alternativa que apresenta, após cruzamento, as despesas A e B com os tipos 1 a 6:
- A- Despesas Correntes
 - B- Despesas de Capital
- 1- Manutenção de equipamento de processamento de dados.
 - 2- Suporte de infraestrutura de T. I.
 - 3- Suporte a usuários de T. I.
 - 4- Aquisição de peças de informática.
 - 5- Aquisição de *software*.
 - 6- Aquisição de *software* sob encomenda.
- (A) A1 e B2.
 - (B) A2 e B3.
 - (C) A3 e B4.
 - (D) B4 e A5.
 - (E) A5 e B6.

74. Registra(m)-se como Elemento de Despesa (ED) – 32- Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita:
- (A) Bilhete auxílio-alimentação.
 - (B) Remuneração de serviços de natureza eventual.
 - (C) Contratos com pessoas físicas prestadoras de serviços de consultorias técnicas.
 - (D) Distribuição de aparelhos de surdez e fogões.
 - (E) Aquisição de cosméticos.
75. O ingresso proveniente de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em opções de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes é uma receita
- (A) industrial.
 - (B) de serviços.
 - (C) tributária.
 - (D) patrimonial.
 - (E) transferência corrente.
76. A execução orçamentária e a financeira ocorrem concomitantemente, por estarem atreladas uma a outra. Havendo orçamento e não existindo o financeiro não poderá ocorrer a despesa. Por outro lado, pode haver recurso financeiro,
- (A) e só se poderá gastá-lo se previsto e aprovado pela Câmara dos Deputados.
 - (B) mas não se poderá gastá-lo se não houver a anuência do poder Judiciário.
 - (C) e só se poderá gastá-lo se previsto no plano de ações do poder Executivo.
 - (D) que só poderá ser consignado a projetos não especificados na Lei Orçamentária Anual – LOA.
 - (E) mas não se poderá gastá-lo se não houver a disponibilidade orçamentária.
77. A descentralização externa de créditos, também conhecida como destaque, é a operação em que um Ministério ou órgão transfere para outro Ministério ou órgão
- (A) o poder de utilização dos créditos que lhe foram dotados.
 - (B) os recursos afiançáveis que lhe foram dotados.
 - (C) os créditos até 50% de seu montante para utilização.
 - (D) os créditos totais para utilização, independente de sua dotação.
 - (E) a transferência de supervisão desde que sob a mesma unidade gestora.
78. Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas do texto.
- Caberá ao Banco _____, na data em que efetuar o pagamento:
- A- comunicar o fato ao Banco _____;
 - B- notificar o órgão ou entidade devedora para, no prazo de _____, dias, efetuar o ressarcimento.
- (A) Central do Brasil ... do Brasil S. A. ... 30
 - (B) do Brasil S. A. ... Central do Brasil ... 30
 - (C) Central do Brasil ... do Brasil S. A. ... 60
 - (D) do Brasil S. A. ... Central do Brasil ... 60
 - (E) Central do Brasil ... do Brasil S. A. ... 90
79. Os órgãos setoriais que integram o Sistema de Planejamento e Orçamento Federal junto com o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão e os órgãos específicos, de acordo com a Lei n.º 10.180/2001 em seu art. 4.º, são as unidades de Planejamento e Orçamento dos Ministérios, da Advocacia Geral da União, da Vice-Presidência e da
- (A) Casa Civil da Presidência da República.
 - (B) Chefia do Gabinete do Ministério do Planejamento.
 - (C) Chefia do Gabinete do Ministério da Fazenda.
 - (D) Assessoria de Imprensa da Presidência da República.
 - (E) Presidência do Banco Central do Brasil.
80. As atividades de programação financeira compreendem a formulação de diretrizes para a descentralização de recursos financeiros nos órgãos setoriais de programação financeira e destas para as unidades gestoras sob sua jurisdição e a gestão da Conta Única do Tesouro Nacional, objetivando (conforme a Lei n.º 3.590/2000, art. 3.º):
- I. Assegurar às unidades gestoras, nos limites da programação financeira aprovada, disponibilidade de recursos para execução de seus programas de trabalho; e
 - II. _____
- (A) Assegurar que as despesas estejam apresentadas e aprovadas pelas respectivas unidades.
 - (B) Estabelecer regras que garantam às unidades o trâmite de seus processos.
 - (C) Manter o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada.
 - (D) Formular diretrizes para centralização financeira nos órgãos setoriais em geral.
 - (E) Orientar e integrar o sistema de Gestão Fiscal Federal.

